

LITERATURA COLONIAL PORTUGUESA E A METÁFORA MORTA DO MUNDO SEM TRADUÇÃO. O CASO DE *ZAMBEZIANA*, DE EMÍLIO DE SAN BRUNO

NAZIR AHMED CAN

UNIVERSITAT AUTÒNOMA DE BARCELONA

Resumo: A partir do romance *Zambeziãna – Cenas da vida colonial* (1999 [1927]), de Emílio de San Bruno, veremos como o contato com “a África,” na literatura colonial portuguesa, se realiza menos pela tensa passagem de um mundo a outro do que pela condenação das figuras locais a um atraso irreversível. Situado como um prolongamento da fauna africana por meio de um processo de assimilação metafórica que aniquila sua humanidade, o “africano,” aqui, não adquire sequer o estatuto de personagem. Estamos diante de uma produção que se distancia do método da tradução. Antes dessa análise, porém, observaremos brevemente como o itinerário discursivo colonial segue seu curso na contemporaneidade, em particular no âmbito do discurso político. Finalmente, na reta final do texto, com o objetivo de apresentar a natureza e a dimensão da ruptura estabelecida no campo da expressão artística, apresentaremos o modo como as literaturas africanas de língua portuguesa profanam o pensamento colonial a partir da utilização do mesmo material simbólico: da animalização do ser humano, reiteradamente inscrita nas letras coloniais, passamos a narrativas que colocam o animal, em sua dimensão humanizada, no centro de todas as operações.

Palavras-chave: Literatura Colonial Portuguesa, Emílio de San Bruno, *Zambeziãna*, Tradução, Animalização.

Abstract: By analyzing *Zambeziãna – Cenas da vida colonial* (1999 [1927]), a novel by Emílio de San Bruno, we will see how the contact with “Africa,” in Portuguese colonial literature, takes place less through the tense passage from one world to another than through the condemnation of local figures to an irreversible backwardness. In this literature, the “African” does not even acquire the status of a character. He is situated only as an extension of nature in a process of metaphorical assimilation that annihilates his humanity. We are facing, therefore, with a production that distances itself from the translation method. Before this analysis, however, we will briefly observe how the colonial discursive itinerary takes its course in contemporaneity, particularly in the context of the Western political discourse and imaginary. Finally, with the aim of presenting the nature and the dimension of the rupture established in the field of artistic expression, we will try to synthesize how African literatures desecrate colonial thinking through the use of the same symbolic material: from the animalization of the human being, repeatedly inscribed in colonial letters, we move on to narratives that place the animal, in its humanized dimension, at the center of all symbolic operations.

Keywords: Portuguese Colonial Literature, Emílio de San Bruno, *Zambeziãna*, Translation, Animalization.

Investindo no diálogo entre as ciências sociais e as mais recentes aquisições da teoria da tradução, António Sousa Ribeiro interpreta algumas lógicas da contemporaneidade a partir da

noção de situação translatória: “potencialmente, toda a situação em que se procura fazer sentido a partir de um relacionamento com a diferença” (2005, 77). Com base nessa acepção ampla, sublinha que não apenas línguas diferentes devem ser contempladas no processo de tradução, mas também diferentes culturas e contextos políticos são postos em contato “de forma a que se tornem mutuamente inteligíveis, sem que com isso tenha que se sacrificar a diferença em nome de um princípio de assimilação” (2005, 77). Localizando nesse campo do saber uma poderosa “metáfora” (Ribeiro, 2005) para ler as dinâmicas de desigualdade engendradas pela ideia de “diferença,” podemos constatar que a literatura colonial constitui o avesso simétrico de qualquer proposta de aproximação ao método tradutológico e à situação translatória. Vinculada a um programa específico de expansão territorial, indisponível para percorrer distâncias e, no caminho, conceber sua cultura ou sua língua como uma entre tantas outras, a literatura colonial declina a possibilidade de alargamento dos horizontes civilizacionais e estéticos dos quadros de referência em jogo. Nesse programa, portanto, é impossível identificar a “responsabilidade ética” (Lévinas, 1961; Berman, 1995, 1999; Ricoeur, 2011; Ribeiro, 2005, 2018; Carvalho, 2008) que acompanha a tarefa de mediação interlinguística e intercultural, premissa fundadora do trabalho do tradutor e da literatura que se insurgiu contra o império. Neste artigo, logo depois de apresentarmos algumas características da escrita colonial, privilegiaremos o romance *Zambeziãna – Cenas da vida colonial* 1999 [1927], de Emílio de San Bruno. Veremos como o contato com “a África,” nesta narrativa, se realiza menos pela tensa passagem de um mundo a outro do que pela condenação das figuras locais a um atraso irreversível. Situado como um prolongamento da fauna africana por meio de um processo de assimilação metafórica que aniquila sua humanidade, o “africano,” aqui, não adquire sequer o estatuto de personagem. Antes dessa análise, porém, no início de nosso texto, observaremos brevemente como o itinerário discursivo colonial segue seu curso na contemporaneidade. Alguns exemplos elencados, com origem no discurso político, darão a medida de uma prática antiga que, também amparada na metáfora morta da besta e consolidada pelo imaginário imperial, se adapta às dinâmicas de opressão engendradas nos dias de hoje. Finalmente, na reta final do texto, com o objetivo de apresentar a natureza e a dimensão da ruptura estabelecida no campo da expressão artística, observaremos o modo como as literaturas africanas de língua portuguesa, antes e depois das independências, têm confrontado o pensamento colonial a partir da utilização do mesmo material simbólico, que, entretanto, é objeto de uma específica inversão: da animalização do ser humano, reiteradamente inscrita nas letras coloniais, como veremos, passamos a narrativas que colocam o animal, em sua dimensão humanizada, no centro de todas as operações.

Antes de recuarmos no tempo e centrarmos nossa atenção na produção literária colonial, parece-nos importante referir que alguns procedimentos que a distinguem, como a animalização do “outro,” instalam-se hoje, e em diversos âmbitos, como uma prática tão corriqueira quanto naturalizada. Como assinalamos em um texto recente (2020), do qual recuperamos alguns elementos para a composição deste artigo, os exemplos proliferam no discurso político do século XXI. O ex-presidente do país que detém o recorde de invasões a territórios alheios nas últimas décadas, Donald Trump, orgulhava-se há alguns anos das políticas desenhadas por seu governo para frear a entrada de certos estrangeiros no país: “Não se pode acreditar quão más são essas pessoas (...) Não são pessoas, são animais” (O Globo, 2018). São já bem conhecidas também as imagens de crianças, filhas de imigrantes, literalmente enjauladas nos aeroportos estadunidenses. No Brasil, a autoridade máxima da República comparou recentemente a situação dos povos indígenas com a de animais encarcerados no zoológico. Acionando a clássica imagem do libertador, na não menos clássica posição de quem não foi convidado para tal, Jair Bolsonaro reiterou em 2019, em seu primeiro e constrangedor discurso na ONU, que determinadas organizações convertem o índio em um “homem das cavernas” e que ele, o presidente, acabaria com esta lógica (Folha de São Paulo, 2019). Curiosamente, é dele também a seguinte

comparação, duas décadas antes: “Pena que a cavalaria brasileira não tenha sido tão eficiente quanto a americana, que exterminou os índios” (The New York Times, 2020). Ainda no Brasil de hoje, que situa seu futuro no mais sombrio dos passados, Wilson Witzel defende o “abate” de indivíduos que atentam contra a paz do Estado do Rio de Janeiro. Para não deixar dúvidas quanto ao alvo de sua sanha, o ex-governador do Estado acompanhou uma operação da Polícia Civil e gravou um vídeo no interior de um helicóptero que sobrevoava e atirava contra pessoas de uma favela de Angra dos Reis. “Vamos botar fim na bandidagem” (El País, 2019), declarou. De perfil semelhante, mas com outro tipo de influência internacional, Binyamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel, revelou com assertividade, em 2016, sua vontade de “circundar todo o país com uma cerca” de modo a protegê-lo das “feras selvagens” (Jornal do Comércio, 2016). Outro exemplo vem de Roszque, na Hungria, na fronteira com a Sérvia, que ficou tristemente célebre quando, em 2015, 150 refugiados lutaram por pedaços de pão que eram atirados a um reduto cercado onde aguardavam por comida. Como eram “incapazes de fazer filas,” explicou uma autoridade local, ordenou-se que contra eles se lançassem jatos de água e gás lacrimogêneo (O Globo, 2015). Já em Moria, na ilha grega de Lesbos, refugiados protestaram em outubro de 2019 contra as condições insalubres a que se viram relegados naquele que é hoje o maior acampamento da Europa. Segundo a mídia que acompanhou o caso, aproximadamente 13 mil pessoas vivem hoje neste espaço que foi projetado para acolher 3 mil. “Só os animais são tratados assim,” disse um dos manifestantes (Rádio França Internacional, 2019). Recuando um pouco até ao início do século, podemos encontrar no livro de Boris Johnson a seguinte comparação: “if gay marriage was OK – and I was uncertain on the issue – then I saw no reason in principle why a union should not be consecrated between three men, as well as two men, or indeed three men and a dog” (2001, 42). Finalmente, após a humilhante retirada do Afeganistão e dos atentados reivindicados pelo Estado Islâmico dias depois, Biden, na linha de seus antecessores, volta a entrecruzar um verbo (“caçar”) e um dos adjetivos (“terroristas”) mais reiteradamente inscritos nos últimos séculos: “Vamos caçar os terroristas e fazê-los pagar por isso” (El País, 2021).

Estes são apenas algumas das mais conhecidas ocorrências do século XXI de uma prática eternamente renovada: a animalização do inimigo, que também é reinventado em permanência, conforme os contextos, os atores e os interesses em jogo. Gesto fundador de afirmação do próprio, a negação da humanidade do “outro,” com base em justificativas de natureza moral, é uma estratégia que une as pontas do tempo. Dentre as técnicas de dominação, a animalização é possivelmente a mais antiga. Seria ingênuo, por isso, localizar a inspiração deste imaginário apenas no século XX, na figura do “untermensch,” o sub-humano reelaborado pelo fascismo alemão. A metáfora animal, alavanca da supremacia racial e civilizacional que certifica a superioridade de uns sobre outros e legitima a barbárie em nome de interesses econômicos, funciona como filtro da alteridade em todas as eras da humanidade. Como sempre, ela é recuperada por figuras públicas que, pertencendo quase sempre à mesma família ideológica, ganham da cumplicidade popular e institucional de tempos em tempos. Certamente por isso ela se converte no instrumento mais relevante, consolidando estruturas, com o início da expansão ocidental no mundo. Na contemporaneidade, também como outrora, o fenômeno da animalização de certos indivíduos ou populações alinha-se àquilo que António Sousa Ribeiro tem chamado de “globalização hegemónica,” isto é, uma “globalização sem tradução” (2005, 78). Reconhecendo a persistência de representações coloniais de refugiados e migrantes, vítimas de processos políticos e de conflitos armados, “imaginados como típicos de uma condição endêmica de caos incivilizado,” Ribeiro constata: “a questão da ética da tradução e da política da tradução se tornaram tanto mais prementes nos nossos dias” (2005, 78). A literatura, como não poderia deixar de ser, não é imune a este fenômeno e a escrita colonial é apenas uma de suas manifestações, ainda que, possivelmente, a mais paradigmática. Sem correr grandes riscos de generalização, podemos afirmar que o colonial, assim como a escrita que dali emerge, é o tempo da metáfora morta de um mundo sem tradução.

Sublinhando o impacto de Edward Said para a releitura de um conjunto de textos que foram cúmplices do império, Fátima Mendonça resume com precisão:

as narrativas coloniais são accionadas por narradores posicionados a partir de um espaço empírico — a colónia —, com a qual narrador e personagens se identificam, manietados pelo discurso legitimador da empresa colonial, obedecendo a estereótipos reconhecíveis, desde a ‘superioridade’ europeia ao louvor da sua acção ‘civilizadora,’ justificação maior da escravatura e da colonização. Produz-se deste modo uma formação discursiva orientada para a dominação, reestruturação e autoridade sobre o Outro, e que, consoante os contextos históricos e geográficos, assume a forma de orientalismo. (2021, 25)

Com efeito, em *Orientalismo* (2003) e *Cultura e Imperialismo* (2011), Said nos mostra que toda a empreitada colonial põe em jogo, em primeiro lugar, a disputa por territórios e possessões. A história humana tem raízes na terra, o que significa também que as pessoas projetaram possuir territórios e, para tal, necessitaram elaborar um retrato pouco laudatório sobre os habitantes nativos e seus lugares de sociabilidade e cultura. Neste sentido, o que esteve em jogo, em um primeiro momento, foi a geografia. A velocidade e os contornos das transformações validam a hipótese de Said: se em 1880, as potências ocidentais detinham 55% do globo, em 1914 passam a controlar 85% do planeta. Tal luta, ainda segundo Said, em uma perspectiva similar a de Chinua Achebe (2012), envolve soldados e canhões, repressão e tortura, mas também ideais, formas, imagens e representações. Este campo discursivo, segundo ele, foi criado por “muitos humanistas de profissão” que, todavia, se mostraram incapazes de estabelecer a ligação entre, por um lado, a sórdida crueldade de práticas como a escravidão, a opressão racial e colonialista e o domínio imperial e, por outro, a arte e a filosofia da sociedade que adota tais práticas. Não à toa, por tudo isso, o protótipo do romance realista moderno é *Robinson Crusóe* (1719), narrativa que relata a história de um europeu e de um feudo, criado por e para si, em uma distante ilha não europeia. Edward Said observa ainda que no final do século XIX o império já não é uma presença nebulosa, nem se encarna na figura indesejada do criminoso fugitivo, passando a ocupar um lugar central nas obras de autores como Conrad e Kipling. Por serem leituras obrigatórias na formação de qualquer estudante e presença constante nas prateleiras da classe média europeia, sedenta de aventuras ambientadas em pontos aterradores do mundo, estes autores contribuem para a formação de uma ideia sobre o “outro” não ocidental (Said, 2003, 2011). A convicção de que existe um “nós” e um “eles” seguiu seu curso durante o século XX e, como nos mostra Ruy Duarte de Carvalho, encontra nos dias de hoje insólitos desdobramentos:

A África, para os homens de cultura ocidental do tempo de Burton, é uma reserva de horrores e de insalubridades, um continente maldito, teatro do horror absoluto e de uma estupenda selvageria originária. Na melhor das hipóteses é uma África deliciosamente nauseabunda, objeto de fascinação repulsiva, grande reservatório de mitos, pátria romântica de fósseis vivos e de civilizações perdidas. O seu interior é um obscuro e amedrontador vazio de geografias a explorar e de história a inventar (...) Essa onda de literatura imperialista (...) é a expressão de uma componente romântica que se banalizou no fim do século XIX e ainda hoje consegue prevalecer no mundo ocidental e ocidentalizado, configuradas no princípio pelas viagens filosóficas e no fim, agora, por pacotes de estadia com café da manhã incluído em lugares confortáveis com varandas viradas para a redenção do exótico. (Carvalho, 2010, 159-160)

Disseminadas massivamente nos séculos XVIII e XIX pelos dois principais impérios, o inglês e o francês, as imagens que localizam na África como núcleo de fascinação e/ou abjeção

reforçam a ideia de que as características naturais determinam a superioridade ou a inferioridade dos seres humanos. Dentre as ciências que se aliaram ao projeto expansionista, a geografia, como também não poderia deixar de ser, ocupa um lugar proeminente. Até o último quarto do século XX, como atestam diversos estudos, era frequente um tipo de representação cartográfica extremamente deturpada dos espaços europeus. Em alguns mapas, a Europa surge agigantada, suplantando a América Latina, apesar de, na realidade, a América Latina duplicar a superfície do “velho continente.” A Índia, por seu turno, já foi equiparada à Escandinávia e os Estados Unidos ocuparam um espaço mais amplo, neste mesmo tipo de representação, do que todo o continente africano (Maurer Júnior, 2017). Combatendo as diversas formas de reificação do “outro,” Eduardo Galeano é categórico: “o mapa mente. A geografia tradicional rouba o espaço como a economia imperial rouba a riqueza, a história oficial rouba a memória e a cultura formal rouba a palavra” (Maurer Júnior, 2017, s/p).

Quanto à dominação europeia no continente africano, cabe realçar o seguinte: é certo, por um lado, que o colonialismo, enquanto vasto sistema concentracionário onde o arbitrário constitui a regra (M'Bokolo, 2006), é, no quadro da totalidade dos imperialismos, uma experiência histórica extrema de subjugação e de expropriação material e mental (Fanon, 1979; Said, 2003) por via da falsificação de si pelo outro (Mbembe, 2000). Este projeto se afirma plenamente no período em que se dá a transformação da identidade nacional em identidade racial, da História nacional em História racial, da unidade nacional em unidade racial (Arendt, 2012). A polarização racial, aliás, “se sobrepõe a todas as outras contradições (de classe, de religião, de gênero, etc.) e as vicia, acentuando ou desvirtuando as dinâmicas intrínsecas de cada uma” (Cabaço, 2009, 36). Todos esses elementos concorrem para a partilha de um olhar entre as potências imperiais. Apesar deste modelo comum, por outro lado, podemos considerar elementos distintivos que resultam do cruzamento entre o poderio material e a performance discursiva de cada uma das metrópoles envolvidas na corrida pelas terras africanas. A título de exemplo, a inscrição da brutalidade no espaço público, quando acompanhada pelo discurso sentimental, remete-nos diretamente ao programa de dominação portuguesa. É, de fato, muito difícil encontrar em outros contextos imperiais o uso reiterado do seguinte modelo argumentativo: a apresentação da agressão verbal ou física seguida do eufemismo que eleva a figura do “bom torturador,” frequentemente associada ao léxico do “homem de bem,” indivíduo preocupado pela manutenção dos valores da “família” e da “casa.” O desdobramento nostálgico dessa engenharia identitária, que também singulariza a experiência lusitana no tempo pós-colonial — se considerarmos a proliferação de *best sellers*, como os romances de José Rodrigues dos Santos, e práticas institucionalizadas, em diversos âmbitos, tecidas com linhas similares —, situa o colono português como vítima a quem não se reconhece o empenho, a obra e o amor pelas paisagens africanas; já o “africano,” nesse mesmo quadro discursivo, é, por e pela natureza, o ser “íngrato.”

O ressentimento contra os donos da terra, sempre vistos como um contratempo para os protagonistas da expansão, é uma das grandes marcas da literatura colonial portuguesa. Mas esse traço, ao qual se colam um conjunto de clichês que ratificam no campo simbólico a prática da agressão ritualizada, tem uma origem mais funda. Segundo Rita Chaves, essa produção e a dimensão propagandista que a caracteriza devem ser interpretadas, em primeiro lugar, pelo atraso da metrópole: “contrariando o mito do cordial colono português, a experiência africana conduz-nos à seguinte equação: metrópole fraca/colonialismo feroz” (2005, 330). A precariedade confirma-se com o surgimento tardio, se comparado com outras metrópoles, de algumas iniciativas que visavam institucionalizar o elogio ao império:

Pobre em recursos econômicos, o Império português era parco na produção de conhecimentos sobre seus domínios, e nessa carência incluía-se o repertório literário. Apesar de algumas iniciativas, como a instalação da Sociedade de Geografia no século XIX, a consciência da necessidade de se alterar esse quadro ganhou força

apenas nos anos 1920 quando o governo do Estado Novo procura relançar a propaganda dos feitos coloniais, fazendo do Império um elemento de relevo político em seu projeto. A partir de então, em torno do tema organizam-se exposições e congressos, são criadas a Agência-Geral do Ultramar e a Junta de Investigação do Ultramar, instituem-se programas escolares, tudo a compor um movimento de associação do regime à grandiosidade do Império. Nesse concerto integra-se a criação do Concurso de Literatura Ultramarina, que, instituído em 1926, foi realizado até os anos 1970, numa permanência que indica o seu prestígio no acanhado cenário cultural possível nas colônias. (2005, 332)

Naturalmente, o atraso produzirá repercussões também no plano da representação. Refletindo sobre *Zambeziãna*, Fátima Mendonça chama a atenção para o descompasso temporal da emergência do discurso exótico nos espaços literários das antigas metrópoles: “Um espaço natural de ‘horizontes larguíssimos das várzeas (...) deslumbrantes ocasos do sol só próprios dos céus tropicais’ (...) cuja descrição se adequa a algumas das representações exóticas de África veiculadas por autores europeus do século XIX” (2021, 26).

A ciência e o direito, a cultura consagrada e o universo político ergueram, enfim, uma sólida estrutura que, de distintos modos, sinaliza a degeneração de pessoas, da história e de espaços outros. Mas isso, como facilmente se depreende, se deu em distintas velocidades. Talvez por esta razão, outro dado que distingue a experiência literária colonial lusitana é o desaparecimento repentino do que já havia chegado tarde. A literatura colonial, de um modo geral, encontra-se hoje em um recanto que acumula poeira nas bibliotecas públicas e privadas. Salvo raras e boas exceções, os estudiosos ainda veem nesse repertório uma espécie de página a ser rapidamente virada. Em sentido contrário, ressaltando os trabalhos desenvolvidos por Francisco Noa e Sandra Sousa, Fátima Mendonça sintetiza alguns dos motivos que podem explicar a difícil institucionalização deste sub-campo literário:

Repudiados nos anos 60/70 em nome de critérios predominantemente estéticos, ignorados nos tempos pós-independência por critérios exclusivamente éticos, só muito recentemente, com o surgimento de trabalhos académicos, tiveram estes textos a necessária e útil desconstrução, vítimas inevitáveis da síndrome de culpabilização e de vitimização, criado por relações de poder mal definidas. (2021, 21)

Apesar de relativamente desprezada pelo campo literário da antiga metrópole e pouco sistematizada nos centros universitários dos países de língua portuguesa, a literatura colonial merece ser visitada. Não propriamente pela qualidade dos textos ou pela pertinência das hipóteses sobre o tempo histórico que ali podemos colher. Ela torna-se relevante por outra ordem de razões. Em sua dimensão contraditória reside o grande ponto de interesse desse acervo, pois ele nos informa precisamente sobre o contrário do que suas páginas pretendem validar — a grandeza de Portugal e sua propensão inata para lidar com os trópicos. Embora sem o mesmo alcance estético das narrativas orientalistas analisadas por Edward Said, a escrita colonial portuguesa oferece, com efeito, dados importantes para compreendermos o elo entre precariedade, improviso e violência, assim como os níveis de contradição, despreparo e atraso epistemológico do império português. Enquanto desaprendizagem da imaginação, porque ao serviço da validação de uma tese de natureza autoritária, essa produção afigura-se, portanto, como um objeto pleno de estudo para sondarmos a natureza do próprio império e não, como por vezes ainda se defende, para ampliarmos o conhecimento sobre o continente africano.

Na companhia de Rita Chaves, vimos há poucos meses que o tratamento conferido às populações africanas coloca lado a lado figuras consagradas como Joseph Conrad e autores

menores, como o português Emílio de San Bruno, funcionário colonial em Moçambique e autor, entre outros, do romance *Zambeziãna — Cenas da vida colonial* (1999 [1927])¹. Tanto uns quanto outros, quando ambientaram suas narrativas em espaços que não lhes eram familiares, desenharam um universo pré-histórico habitado por indivíduos que se encontravam na fronteira do humano (Can, Chaves, 2021, 23). Se comparada com suas congêneres coloniais de língua portuguesa, a narrativa de San Bruno surpreende, porém, no título. *Zambeziãna*, com efeito, levamos a prever uma protagonista mulher e africana, de uma peculiar região do território moçambicano, conjugação sem paralelo nesse espaço literário. No entanto, rapidamente nos apercebemos que se trata de uma heroína sem voz, desempenhando, como tal, uma função secundária na narrativa. Por outro lado, a população negra do romance, sem exceção, é filtrada por um mesmo grupo de metáforas (ou por procedimentos vizinhos, como a comparação). Para Hélder Macedo, de resto, os colonos “levavam consigo a sua língua e, dentro dela, os seus conhecimentos, as suas metáforas, as suas crenças. Quando o que se lhes deparava excedia os limites dos conhecimentos, recorriam às metáforas” (Macedo, 1991, *apud* Chaves, 2005, 336). Paralelamente às variações do preconceito sobre as comunidades locais, antevistas neste romance como sujas, supersticiosas, perigosas, promíscuas, preguiçosas ou alienadas, identificamos a metáfora da besta como o principal recurso expressivo.

Trata-se de uma “metáfora morta,” que, como vimos mais atrás com alguns exemplos do discurso político surgidos em pleno século XXI, aglutina a diversidade em torno de um lugar-comum, confisca a possibilidade de reação e amputa a humanidade das populações focalizadas. Ela nada tem a ver com o trânsito entre mundos diversos, que, como em qualquer situação translatória, se enriquecem mutuamente. Recorde-se que, para Ricoeur (2005), a “metáfora viva,” instrumento decisivo para a criação artística e para a tradução (ou, se quisermos juntar ambas as esferas, para a transcrição), alia estilo e percepção para a construção de um conhecimento novo. Distante da *transposição* característica desse tipo de procedimento poético e filosófico analisado pelo teórico francês, a escrita colonial fixa-se em uma *posição* e, de lá, reitera o preconceito já disseminado na Europa em séculos recuados. Esse tipo de literatura produz, portanto, com base em formulações desgastadas, mortificações sucessivas no plano da existência e de suas coordenadas (tempo e espaço). Restringindo-se à e deformando a exterioridade do indivíduo, a metáfora morta é o signo definitivo de uma gramática estruturada à volta de castas superiores e seres inferiores. Neste código que bloqueia qualquer interferência ou inabilita formas de mediação, o africano, entretanto reduzido à imagem do animal, apenas pode aguardar uma espécie de redenção que virá, talvez, e com sorte, da outra ponta do mundo.

Em *Zambeziãna*, a metáfora da besta é acionada em distintos momentos e, quase sempre, integra-se no rígido quadro de estereótipos acima sintetizado. Assim, diante da ignorância sobre o universo cultural que se lhe apresenta, e permanentemente indisposto em uma terra com a qual gostaria de firmar ou confirmar alguma cumplicidade, o narrador não hesita em se apoiar na imagem do animal: “E aquela alegria pesadamente voluptuosa dos pretos, desengonçando-se em espasmos de sensualidade bestial em frente das negras que se requebravam com langores de gatas, tinha qualquer coisa de profundamente irritante” (San Bruno, 1999, 204). Se as “pretas” que dançam se assemelham a gatas no cio, os “pretos” que trabalham, supostamente disponíveis para agradar a casta superior e assim confirmar-lhe a superioridade, são reenviados para o grupo de animais com asas: “Então, todos os convivas abancaram contentes, desdobrando com rapidez

¹ Também remetemos a contextualização sócio-histórica e geográfica da narrativa a Fátima Mendonça, uma das responsáveis pela última edição de *Zambeziãna*, concretamente ao artigo publicado no último número desta mesma revista. Ali, a estudiosa situa o autor e alguns aspectos extra-literários que contribuem para o surgimento da obra: “O seu autor Filipe Emílio de Paiva, segundo tenente da marinha portuguesa, esteve destacado na esquadilha do Zambeze de Outubro de 1900 a Março de 1901. Terá sido essa sua breve experiência zambeziana que lhe forneceu sugestões para o romance, apresentado ao 1º Concurso de Literatura Colonial, promovido pela Agência Geral das Colónias em 1926, sob o pseudónimo de Emílio San Bruno, com o qual obteve o 2º Prémio (não tendo havido 1º Prémio)” (2021, 22).

os guardanapos e os moleques tão ligeiros que pareciam alados, sem ruído correram velozes em redor da mesa, atentos e diligentes ao serviço que ia começar” (San Bruno, 1999, 97). Velozes e fortes, os machileiros são, por sua vez, equiparados aos cavalos: “Paulo olhou com mais atenção e efectivamente os machileiros iam numa forma soberba, perfeitos exemplares de qualquer das raças que hoje habitam a Zambézia, corriam tressuando e arquejando, mas vigorosos, alegres como crianças saudáveis” (San Bruno, 1999, 82). Por trás da disponibilidade dos empregados, ronda sempre, todavia, a atmosfera oculta, que vincula o continente ao planeta dos macacos: “O seu [jovem empregado] olhar era malicioso, sorrateiro, móvel como o de um bugio” (San Bruno, 1999, 53). Como o negro das trevas de Conrad², as figuras africanas desta narrativa só podem cumprir uma função básica depois de devidamente adestradas. A conjugação entre as imagens da besta, do gigante e da criança, estas duas últimas apontando para uma dinâmica de monstrualização física e infantilização psicológica, irrompe ainda na escolha verbal, que faz deslocar a metáfora morta para o mundo das aves: “Paulo ouvia a algazarra dos pretos, essas grandes crianças que riam e gralhavam em redor dos coxos” (San Bruno, 1999, 88). Os mais velhos e suas partes do corpo são também, automaticamente, circunscritos ao bestiário: “concertava os tições ardentes com as pontas dos dedos descarnados e agudos como garras de ave de rapina, dando provas de uma insensibilidade que espantou Paulo” (San Bruno, 1999, 116). Os africanos mais jovens, por seu turno, são mediados pela não menos recorrente metáfora das abelhas: “e crianças, indo e vindo nos afazeres domésticos, pilando mandioca e arroz para a comida do pessoal, num ruído alegre de colmeia em actividade” (San Bruno, 1999, 91). Traço comum da literatura colonial portuguesa do século XX e da escrita orientalista de outros impérios nos séculos precedentes, as figuras negras são constituídas por fragmentos do corpo ou pelos sons emitidos, que não devem ser confundidos com a voz, entretanto concedida exclusivamente às personagens ocidentais. Com efeito, nos textos portugueses que focalizaram o continente africano por via do pacto colonial, “o preto” confere vivacidade ao relato apenas por sua áurea misteriosa, alienada e/ou aterradora. As partes do “corpo africano” e o ruído por eles produzido desempenham, assim, uma função simultaneamente metonímica e metafórica, conduzindo o leitor a uma ideia de impossibilidade. Nem mesmo a suposta protagonista, N’fuca, celebrada pelo narrador do modo que lhe é possível, isto é, como “produto híbrido de várias raças,” que “podia dar um monstro,” mas “deu uma rapariga linda” (San Bruno, 1999, 145), nem mesmo ela, dizíamos, escapa da metáfora morta que estrutura o mundo sem tradução: “ela tem o segredo de os endoidecer com sensualidades simiescas, e arranja sempre uma tal cara...” (San Bruno, 1999, 145).

Em sua já citada análise deste romance, Fátima Mendonça privilegia não a animalização das figuras locais, como aqui propomos, mas a inscrição do estereótipo da sexualidade da mulher africana.³ Concordamos que N’fuca é colocada “num plano superior ao comum dos mortais” (2021, 30) e neste ponto reside um dos traços de ambiguidade promovidos pela narrativa, diferenciando-a de uma tendência mais geral da literatura colonial. Muito bem localizado, este aspecto pode ser lido também, cremos, na chave oposta: por nela pressentir um resquício de interioridade, o narrador apenas sublinha a regra da animalidade na colônia. Como em Conrad, uma vez mais,⁴ San Bruno abriga engenhosamente em uma figura — neste caso, miscigenada — a leve suspeita de algum tipo de pertença ao humano. Desse modo, o horizonte de possíveis emerge apenas para se sancionar uma ideia de degenerescência generalizada. Trata-se de uma estratégia mais subtil, mas talvez por isso mesmo mais perversa. O excesso de comparações com

² “Tratava-se de um espécime aperfeiçoado, capaz de alimentar a caldeira vertical. (...) Era útil porque tinha sido instruído” (Conrad, 2008, p. 76).

³ Em uma linha parecida, associando animalização e sexualidade, o texto de Gundane (2019) recupera elementos trabalhados por Fátima Mendonça e Francisco Noa para inserir a narrativa de San Bruno no quadro da estética naturalista.

⁴ “não, não eram inumanos (...) o que nos impressionava era, precisamente, a ideia de que eram humanos” (Conrad, 2008, 74-75).

o universo animal e a massificação de adjetivos, inversamente proporcionais ao conhecimento acumulado sobre a terra e as pessoas, acompanhados do exercício do racismo gramatical, que se fundamenta no essencialista verbo “ser” (“ela é”), no totalizador artigo definido (“os pretos”) e na oposição entre os pronomes pessoais “nós” e “eles” mortificam o “alheio.” A incapacidade ou a indisponibilidade para ladear as paragens do secreto e a velocidade com que se reenvia o “outro” para o ambiente da savana confirmam, em suma, o distanciamento dessa produção das premissas básicas da situação translatória e, conseqüentemente, do exercício artístico.

Mas também congelam, ainda que sem querer, o “próprio.” Por se tratar de uma textualidade que se nutre apenas dos alimentos cozinhados repetidamente em casa, não se colocando à prova do estrangeiro (Berman, 1995; 1999), ela se isola e se consome em um processo irreversível de autofagia. Também por esta razão, a literatura colonial está nos antípodas da revolução encetada, inclusive no plano linguístico, anos depois por alguns textos da estética contra-colonial. A distinção entre estes dois projetos pode ser sintetizada uma vez mais com o amparo dos estudos tradutológicos: “sem a prova do estrangeiro, seríamos sensíveis à estranheza de nossa própria língua? Enfim, sem essa prova, não seríamos ameaçados de nos fechar na amargura de um monólogo, a sós com os nossos livros? (Ricoeur, 2011, 55). Na estética colonial, como vimos, a pluralidade linguística dos territórios ocupados, que deveria desembocar na aproximação às práticas sócio-culturais focalizadas, e vice versa, é minada pelo tom assertivo e totalizador. Fundando sua linguagem no clichê, a literatura colonial portuguesa mostra-se incapaz “de ultrapassar determinadas barreiras e de superar o lugar da origem” (Chaves, 2005, 336). Ao mesmo tempo, se regressarmos rapidamente aos fragmentos do romance mais acima citados, a própria escolha dos animais desvela, certamente de modo involuntário, um tipo de desconforto característico da experiência lusitana no continente africano: as gatas no cio apontam para a dificuldade de controle; as aves e as abelhas sinalizam a impossibilidade de captura e domesticação; e o macaco sugere o lado secreto e amedrontador daquele “planeta.” Além da amargura do narrador, fica explícito em todas estas passagens o desconhecimento da realidade local, e neste caso em específico a pouca familiaridade com os significados do mundo animal naquele ambiente cultural. De um modo mais amplo, escancara-se a “impenetrabilidade da cultura metropolitana ao mundo das terras ocupadas” (Chaves, 2012, 229). De fato, a violência cultural contida em todas as descrições liga-se àquilo que deve ser combatido tanto no trabalho de tradução quanto na operação de natureza artística: “sujeitar os significados de uma cultura dominada ao quadro interpretativo de uma cultura dominante. (Carvalho, 2008, 60). Desassociando-se, portanto, da situação translatória, esse tipo de literatura é a “simples corroboração das referências de partida e, portanto, destinado a desvalorizar, ignorar ou silenciar tudo o que nesse Outro se apresentava como heterogêneo ou discrepante relativamente a essas referências” (Ribeiro, 2005, 83).

Ao enfatizarmos o abismo existente entre o que é afirmado pela(s) teoria(s) da tradução nas últimas décadas — a partir de uma prática, a da tradução, ainda muito mais antiga, naturalmente, e que assenta em um duplo e inevitável gesto de escuta e investigação da realidade do “outro” e do “mesmo” — e a natureza autofágica literatura colonial portuguesa, não corremos o risco de penetrar nas malhas do anacronismo. Sem a necessidade de recuarmos muito, e sem sairmos sequer do Ocidente, bastaria lembrar os textos do Partido Comunista francês que, nos mesmos anos de 1920, contestando abertamente a desumanização material e simbólica orquestrada pelos conterrâneos no “outre-mer,” defendiam a autodeterminação dos povos africanos. Antes e depois deles, os movimentos anticoloniais e/ou as vozes que clamavam pela valorização da contribuição negra no mundo — erguidas de latitudes diversas, com propósitos múltiplos, auxiliadas pela prática, pelo método ou pela ideia da tradução e, também por isso, atentas à dinâmica de animalização consolidada ao longo de séculos no continente

africano — davam a notícia de um problema e anunciavam um desejo de transformação.⁵ Em Moçambique, concretamente, San Bruno é contemporâneo do jornalista e escritor João Albasini, cujo projeto intelectual, amparado também na prática da tradução e na reflexão sobre a animalização e outras formas de violência colonial inventadas na/para a África Austral, é diametralmente oposto daquele que foi abraçado no quadro do pensamento imperial.⁶ Finalmente, as principais obras sobre a literatura dos impérios, como as já mencionadas *Orientalismo* e *Cultura e Imperialismo*, de Edward Said, ou *Os olhos do Império*, de Mary Louise Pratt (1999), são também obras que refletem a dominação com o apoio de determinados subsídios da teoria da tradução. A primeira delas, inclusive, para António Sousa Ribeiro (2005), é, mesmo que não explicitamente, sobre tradução. Ainda que indiretamente, para Said, Pratt e também Francisco Noa (2002), autor do mais importante ensaio sobre esta matéria no universo da língua portuguesa, integrando na análise as questões da animalização e da sexualidade no quadro do exotismo colonial, o problema da tradução é um efeito do etnocentrismo. O princípio ético subjacente à prática do tradutor está ausente em toda essa produção artística, pelo que, ao sublinharmos a distância entre o texto literário e a prática tradutológica, constatamos apenas a natureza anacrônica da literatura colonial portuguesa. Dela, esteticamente pobre, desembarcando tardiamente nas Áfricas (com a diferença de mais de dois séculos relativamente à francesa, por exemplo), surgem imagens que, se visitadas, seriam consideradas atrasadas até mesmo para o olhar de outros impérios.

Cabe sublinhar que, no romance de San Bruno, localizamos uma ligeira denúncia ao modo como as colônias haviam sido até então geridas. Porém, como costuma ocorrer em narrativas coloniais ou orientalistas que guardam alguma ambiguidade, o sistema colonial em si não é posto em causa, mas sim, e apenas, a administração portuguesa de outros tempos: “Paulo sentiu um certo abatimento moral, pensando quanto esforço perdido durante tantas gerações de portugueses para resultar tão pouco em relação ao que os estrangeiros já tinham feito na África do Sul” (San Bruno, 1999, 88). Além destas pequenas nuances, vale ainda assinalar que a mitologia criada em torno da noção de bravura imperial confirma a vizinhança ideológica desta obra com a produção dos viajantes de outros impérios entre os séculos XVIII e XIX: a imagem do patrão benevolente, cuja solidez moral não se vê esmorecida com a insolência local: “mas então esse maroto do Quipéra, aqui bem agasalhado, bem alimentado, recebendo boa soldada, fora o que rouba, esse patife que ir embora? Não está contente?” (San Bruno, 1999, 62); a imagem daquele que se sacrifica em nome de uma missão maior, de natureza civilizatória: “É uma questão de tempo. O que é um período de vinte, trinta, sessenta anos, na marcha triunfal da civilização? Ah! Mas enquanto ela não chega, o colono tem que sofrer com paciência.... E Paulo era também um colono...” (San Bruno, 1999, 110); a imagem do homem pioneiro, que inaugura a rota da história no mais pervertido dos lugares: “— Entrando no Caborabassa tudo é treva... ignorância absoluta; é caminho que nunca ninguém andou, caminho verdadeiramente infernal, selvático, género entrada do inferno de Dante” (San Bruno, 1999, 238).

Como sucede também nos textos orientalistas produzidos em inglês ou francês em séculos precedentes, ainda que moldados com outros materiais, a invenção da excepcionalidade imperial lusitana percorre a narrativa. As *doxas* específicas do colonialismo português na África podem ser resumidas nos seguintes elementos que circulam pela fala de personagens e narrador: a imagem do povo mais aclimatado aos trópicos: “— e nós somos, apesar de todas as asneiras que fazemos por cá, o povo mais resistente e adaptável ao clima intertropical, mais do que o inglês, mais do que o alemão” (San Bruno, 1999, 65); a imagem do educador, assente no já referido oxímoro do “bom torturador,” outra originalidade do discurso imperial lusitano: “Eu cá por mim ando

⁵ A este propósito e também sobre o impacto da tradução desde finais do século XIX, veja-se, entre outros, a compilação organizada por Manuela Ribeiro Sanches (2012).

⁶ Sobre o papel desempenhado por João Albasini no início do século XX na antiga colônia portuguesa, vejam-se a apresentação de seu percurso e as suas 87 crônicas, sistematizadas por César Braga-Pinto e Fátima Mendonça (2014).

sempre com o cavalo marinho pronto para a vergastada! Mas não lhes falto com o farto poço, isto é, com a raçãozinha de arroz e feijão, e a mandioca” (San Bruno, 1999, 81); a imagem do pacificador que faz da necessidade virtude: “[Portugal] Era nação pequena e fraca, a Alemanha impunha-se, a Inglaterra impunha-se, a França impunha-se (...) apareceu o *ultimatum!* Essa grande bofetada atirada às nossas ventas pacíficas” (San Bruno, 1999, 30); finalmente, a imagem do fa(r)do português na África, que contradiz a tal aptidão para os trópicos:

um sentimento de melancolia subitamente o invadiu (...) todos os dias a mesma coisa!... levantar cedo depois de uma noite de asfixiante calor, presa inerte do mosquito de picada dolorosa... ir para o serviço. Que serviço? Voltar para casa às onze, almoçar em frente de um pretoide velhaco, ladrão e bronco, ficar para ali a remanchar até às duas horas, essas horas mais quentes do dia, essas tristes horas em que até a natureza parece que sucumbe diante da fomalha aberta que é a estação dos grandes calores e das grandes chuvadas (...) era afinal uma prisão (...) Ele obedecera aos fados. (1999, 54, 55)

É impossível não identificar nestas últimas passagens, voltadas para a afirmação da singularidade do homem lusitano, o eco do pensamento de Gilberto Freyre, intelectual brasileiro que converteu em tratado científico a insólita aliança entre barbárie e brandura.

Na reflexão que inaugura nos anos 1970, Edward Said afirma não ter analisado os contornos do orientalismo do império português por não conhecer as produções artísticas e literárias desse universo linguístico. Com exceção de alguns estudos recentes que têm operado nesta linha, como os de Everton Machado (2018), o orientalismo português (e, sobretudo, os seus desdobramentos na contemporaneidade) é ainda um imenso terreno por desbravar. Mantendo o sentido que o teórico palestino imprimiu ao termo, poderíamos defender com alguma margem de segurança que, pelo teor das imagens criadas em torno das antigas colônias e pela repercussão da sua obra, Gilberto Freyre é o principal orientalista de língua portuguesa do século XX. Sua inclinação ideológica, encenada sem rodeios desde os anos 1940 (o que, por si só, revela o atraso epistemológico da empreitada) e reforçada em plena década de 1980, confirma que não eram propriamente seus críticos os donos de um discurso anacrônico. Mas o breve parêntese sobre o impacto de Freyre no século XX serve apenas para recordar que as bases do lusotropicalismo podem ser identificadas na década de 1920, período anterior àquele em que o cientista brasileiro abraçou a causa salazarista.

A própria figura que aparece no título do romance de Emílio de San Bruno é uma espécie de protótipo, *avant la lettre*, da teoria de Gilberto Freyre. Na origem de uma certa ambiguidade que ronda a narrativa, além dos aspectos assinalados por Fátima Mendonça — que se manifestam nas “visões de mundo, nem sempre concordantes, veiculadas pelas diferentes personagens” (2021, 26), na figura contraditória de um “narrador capaz de veicular a exaltação da colonização e o seu contrário” (2021, 28) e no modo como a narrativa “legitima formas, ainda que simbólicas, da reacção violenta do colonizado contra o colonizador” (2021, 29) —, emerge a menção à hibridéz. Este é talvez o dado mais surpreendente se considerarmos que a narrativa é publicada em 1927. Se, por um lado, parece-nos, nenhum desses movimentos ambíguos abala a tese da superioridade da raça branca veiculada pelo narrador e ratificada pela sociedade do romance, por outro, o elogio à miscigenação se realiza em um ambiente político que atualizava, na prática, ainda que sem a necessidade do aparato jurídico, o modelo do *apartheid*. Independentemente das opções políticas e da maquinaria discursiva criada em suas diferentes fases, o colonialismo português apresentou ao longo do século XX as mais baixas taxas de miscigenação no continente africano.⁷ Nessa contabilidade, podemos inclusive integrar a África

⁷ Agradeço a Rita Chaves por esta informação, assim como pela interlocução que mobiliza esta e tantas outras tentativas de aproximação às literaturas produzidas no continente africano.

do Sul, onde se havia institucionalizado, por via de uma efetiva legislação, a proibição do contato entre brancos e negros (Mondlane, 1995).

Dinamizando um projeto de negação do alheio para a afirmação do próprio, a escrita colonial não interage, enfim, com o método da tradução. Como o projeto político que a sustenta, inclusive do ponto de vista financeiro, ela inscreve o continente africano como instrumento de sua orgulhosa autofagia, não lida com o intraduzível e a reflexão por ele inaugurada e recusa a mediação com a alteridade. Movida, portanto, pela autossuficiência, essa produção desconsidera algumas das premissas fundadoras da criação artística e do trabalho balizado pela situação translatória: prever, projetar, ouvir ou colocar-se no lugar do “outro,” o dono da terra entretanto subjugado a uma função instrumental e a uma dimensão animal. Até mesmo nesse ponto, como vimos, é possível detectar o desconhecimento do colono acerca das terras por ele ocupadas. Para Ruy Duarte de Carvalho, nas esferas humana e animal, tomadas em conjunto, residem a “incomensurabilidade das situações locais, de que o infinito inacessível, irreduzível, à ideia e ao conceito, se aloja, está alojado” (2008, 24). Talvez por isso, na performance dinamizada por ambas as esferas, a humana e a animal, a capacidade universal do colono tantas vezes reiterada se vê desmentida por ele mesmo. Dicotômica em sua essência e essencialista na dicotomia, a visão colonial apenas repousa quando crê apreender no mundo animal uma mesura. A literatura desse contexto mostra-nos, aliás, que o narrador simpatiza mais com os animais da savana do que com os seres humanos africanos. Não é à toa que a caça aflora como um dos topos privilegiados desse repertório. Enquanto caçam, controlam ou domesticam, narradores e personagens portugueses têm uma ilusão de sossego. A obra de Duarte Galvão, ambientada sobretudo em Angola, é disso um emblema. Inscreve-se nela a dupla dinâmica da caça e da valorização de um certo meio ambiente, como foi observado por Sandra Sousa em um artigo recente (Sousa, 2020). Dessa paisagem natural em que os animais habitam e os homens armados são soberanos vem, em suma, “aquela satisfação e justificação imperiais que bastam aos que detêm, ou porque governam ou porque lhes convém o poder que governa, o domínio formal, administrativo, militar, econômico, sobre certos territórios....” (Carvalho, 2008, 20-21). Quando em causa estão as pessoas, ao invés de enfrentar as “borboletas incapturáveis” (Ricoeur, 2011, 60) de que fala Ricoeur para sintetizar o intraduzível e a conseqüente aceitação de uma perda na mediação com o “outro,” o olhar colonial, nada disponível para perdas porque empenhado na expansão, se apoia na metáfora morta da besta. Surgem então os “os pretos” como motor de contratempo, como o principal obstáculo para a contemplação da tal natureza ordenada à qual o colono se afirma tão apegado.

Personagens, tempos e espaços, isto é, as três categorias que sintetizam a existência, são alvo de um avassalador processo de estereotipagem que legitima a invasão, a violência ritualizada e a dominação territorial. Este é um dos fatores que certamente joga a literatura colonial para fora das lógicas de consagração instituídas em qualquer campo literário contemporâneo. Decorrente dessa característica mais geral que se liga ao plano ideológico, a própria qualidade estética, inevitavelmente duvidosa, pois enquadrada por limites tão estreitos e fundada em premissas tão atrasadas inclusive para a época em questão, além do constrangimento que provoca em estudiosos das mais diversas latitudes podem ser vistos como fatores adicionais para o desprezo institucional. Os escritores coloniais, com efeito, jamais almejaram a “situação de fronteira” (Ribeiro 2005, 2018). Antes avançaram, a partir dela, “sobre a paisagem que desconhecem e os desconhece” (Carvalho, 2008, 20-21). Apoiada na “lógica de mútua exclusão e na definição da fronteira como linha divisória e não como espaço de encontro e de articulação” (Ribeiro, 2005, 81), a literatura colonial está na contramão daquele itinerário que, sem o compromisso de validar práticas autoritárias, nos dá a notícia do “outro” e prevê as identidades comunitárias como o resultado de trocas de longa duração, inclusive do ponto de vista linguístico. Contudo, até mesmo para termos a dimensão da ruptura produzida pelos escritores africanos, o estudo da literatura colonial afigura-se decisivo. Sem o empenho crítico dos

estudiosos que sobre ela se debruçaram, alguns deles aqui citados, dificilmente compreenderíamos o real alcance de certas propostas.

Observando apenas a produção dos escritores africanos de língua portuguesa, a resposta elaborada pelos autores africanos ainda antes das independências nacionais se apoia na articulação dos três elementos há pouco sublinhados: a personagem e as coordenadas da existência (tempo e espaço). Nas obras que então emergem, muitas delas produzidas na clandestinidade, no exílio ou em espaços de exceção como a prisão, o campo de concentração e a frente de batalha, as populações locais deixam de ser vistas como um bloco uniforme, desfilando de modo desabrido sua diversidade. Efeito correlato, sua humanidade é configurada em um movimento que não desconsidera a contradição. Também por este motivo, os africanos passam de uma condição secundária, de mera composição do cenário, como era habitual na escrita colonial, para outra de protagonismo. Nesse processo, devemos também ressaltar o papel desempenhado pelos animais. Por um lado, recupera-se com eles uma função decisiva que nos remete às literaturas orais, africanas e não só, baseada na ideia de que através dele se infere o destino das pessoas. Por outro, sua presença inverte um dos principais mitos imperiais: enquanto na literatura colonial, como vimos, o ser humano é animalizado, nas literaturas africanas o animal é humanizado. O relevo que lhe é atribuído em algumas narrativas fundacionais da nacionalidade caboverdiana (“O galo cantou na baía,” conto de Manuel Lopes, publicado em 1939), angolana (“A estória da galinha e do ovo,” de Luandino Vieira, de 1963) e moçambicana (“Nós matámos o cão-tinhoso,” de Luís Bernardo Honwana, de 1964) comprova, já nos títulos, a preocupação dos autores em proceder a uma espécie de contraversão da história. Após as independências, em obras que contestam novas e velhas pedagogias do poder, as trocas simbólicas e materiais entre o animal e o ser humano continuam a funcionar como motor de criação artística: o destino do porco Carnaval da Vitória que se cruza tragicamente com os paradoxos da jovem nação angolana, em *Quem me dera ser onda* (1982), de Manuel Rui, a mobilidade geográfica, histórica e de sentidos favorecida por *O Cão e os Caluandas* (1985) e *Parábola do Cágado Velho* (1996), de Pepetela, ou a luta secular entre a cobra (a água e o feminino) e o leão (o fogo e o masculino), disseminada no corpo do herói trágico Leónidas Ntsato e no território moçambicano, refreando o projeto de nação, em *As Duas Sombras do Rio* (2003), de João Paulo Borges Coelho, são apenas alguns dos muitos exemplos que restauram a união historicamente desfeita de ambas as esferas.

É certo que a figuração do animal é tão antiga quanto a literatura universal, escrita ou oral, adquirindo uma vastidão de formas e funções cuja síntese seria uma missão fadada ao fracasso. Mas podemos talvez, desde já, lançar a seguinte hipótese: pela recorrência de efeitos de inclusão, de interdependência simbólica e de verossimilhança criados, as literaturas africanas podem contribuir para uma efetiva mudança de paradigmas. De fato, dificilmente encontramos em outros campos literários uma representação tão reiterada e diversificada (estruturante, portanto) do universo animal. A peculiaridade desta representação tem a ver com o fato de estas literaturas (independentemente da língua de uso) não terem aceitado a separação mecânica entre o humano e o animal nem decretado morte às fontes de saber que o intertexto oral proporciona. Com base em tais opções, escritores e poetas articularam de maneira eficaz cultura, natureza e revolução. E isso se deu, insistimos, não apenas no tempo das independências.

Nesse mesmo processo de autodeterminação literária e política, a história deixa de ser lida como uma massa indiferenciada, sustentada nas ideias de ausência e caos. Ao contrário do que se defende na literatura desenvolvida por colonos ou elaborada nas antigas metrópoles a partir do registro orientalista, a temporalidade inscrita na literatura de diversos autores africanos integra também o período anterior à chegada dos primeiros europeus, torna-se alvo de pluralização simbólica e inclusive de invenção, compensando, em certa medida, a escassez ou a natureza enviesada da documentação oficial disponível sobre certas regiões e populações. Para acolher a complexidade própria de personagens e histórias, escolhem-se, finalmente, espaços ainda não

visitados (os musseques angolanos ou o caniço moçambicano, por exemplo) ou redimensionam-se lugares já trilhados literariamente (a cidade de cimento de Luanda ou a Ilha de Moçambique, entre tantos outros). A transformação destas três categorias — personagens, tempo e espaço — é acompanhada por um abalo no plano linguístico e por uma modificação no modo de olhar de narradores e sujeitos poéticos.

A diferença de enfoque das textualidades nacionais do continente africano relativamente à literatura colonial é, portanto, radical: enquanto esta última era filtrada pela cegueira estratégica do colono, que apenas retratava sua relação (simultaneamente de desconforto e heroicidade) com o meio, uniformizando o continente e silenciando as populações locais, as literaturas nacionais souberam observar o espaço, de diferentes maneiras e em distintos níveis⁸, em sua relação com a diversidade humana e, ao mesmo tempo, vinculá-lo artisticamente a toda sorte de contradições impostas pela história. Assim, enquanto na literatura colonial havia uma inclinação para a construção de um espaço atemporal, apreendido por uma perspectiva monofocal, nas literaturas africanas, a geografia, de um modo geral, constrói-se em paralelo (e por vezes se confunde) com as personagens, adquire vocação histórica e situa-se, por tudo isso, no plano da metonímia, da metáfora, da fábula, da personificação e do dialogismo.

Iniciamos e fechamos esta leitura sobre a literatura colonial portuguesa por caminhos pouco habituais: a política contemporânea mundial e a criativa resposta dos autores africanos, respectivamente. Desejamos apenas, com o primeiro movimento, confirmar algo já vastamente conhecido: o imaginário colonial não desaparece com o decreto das independências de territórios outrora dominados e fazem que com que a expressão “pó colonial” se configure menos como um jogo de palavras do que como um elemento a ser considerado frontalmente em qualquer análise acerca das lógicas de poder construídas no presente. Quer dizer, a literatura colonial, se lida como objeto e não como fonte de conhecimento, pode ser útil para entendermos também certas construções discursivas e práticas de hoje. Se a ferramenta retórica e parte da violência material do império seguem vigentes, como confirma, entre outros, o uso da metáfora morta da besta por parte de certas lideranças políticas no século XXI, a reação criativa de autores africanos, que, de modo sistemático, desde meados do século XX, fazem entrecruzar revolução e cultura, tradução e natureza, dão a dimensão do corte operado ainda antes das independências. Eles confirmam desde muito cedo que, em um mundo onde a tradução se efetiva, os dois lados falam, escutam, alimentam-se reciprocamente. Ali, como vimos, o autor enfrenta o complexo desafio de se instalar na fronteira, abordando, deste ângulo, e como um tradutor, o alcance e as contradições do que vê e vive, do que imagina e projeta, do que cria e do que não entende. Dali, enfim, ele se distancia de um projeto que localizava na fronteira o ponto de partida para a expansão do “mesmo” e a obliteração do “outro.”

Não podemos, por isso, fechar esta análise sobre a metáfora morta do mundo sem tradução da escrita colonial portuguesa, precedida pelo apontamento sobre o “pó colonial” na atualidade e seguida de um breve panorama sobre a resposta política e estética construída pelos

⁸ Não perdemos de vista algumas obras e alguns autores que, por ocuparem uma espécie de zona cinzenta, não podem ser totalmente integrados na literatura colonial nem nas literaturas nacionais. Alertando para a porosidade de certas fronteiras, característica dos territórios literários de formação colonial, e para o peso de certos fatores extraliterários, Rita Chaves sintetiza com argúcia: “o reconhecimento de tal ligação significa, em parte, discordar de críticos como Salvato Trigo (1987), para quem as literaturas africanas fundam uma indiscutível oposição com a literatura colonial, opinião partilhada ainda por Manuel Ferreira (1989). Comungando com ambos a ideia de que os anos 1960 marcam a grande cisão entre os diferentes modos de conceber o fenómeno literário no interior do drama colonial, pensamos ser adequado considerar os matizes que tingem a rede de contactos envolvendo a produção literária que se vê, e deve ser vista, como nacionalista e um elenco de obras que, sem se despir de um referencial lusitano, acabou por se colocar contra os desígnios do Império e dar início a uma operação de desvendamento desse outro universo, ocupado por outros seres a que o sistema fingia considerar portugueses de outra raça” (2005, 343).

escritores africanos, senão com Ruy Duarte de Carvalho. É dele uma das propostas mais radicais da contemporaneidade, infelizmente interrompida com a sua morte, em 2010:

Estamos juntos todos, todos no mesmo barco, os homens todos e tudo quanto existe no universo inteiro. E se existirem outros universos, também eles, ainda, estarão junto connosco no mesmo barco. E deus não é uma entidade... É o total de um processo criativo e indecifrável em devir do qual cada um de nós, pessoa, animal, pedra, capim, astro, asteróide, vento, sopro e suspiro, desgosto e dor, euforia e glória, faz parte integrante e inalienável. (2010b)

Obras Citadas

- Achebe, Chinua. *A educação de uma criança sob o protetorado britânico*. Companhia das Letras, 2012 [2009].
- Arendt, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Companhia das Letras, 2012 [1951].
- Berman, Antoine. *L'épreuve de l'étranger*. Gallimard, 1995.
- Berman, Antoine. *La traduction et la lettre ou l'auberge du lointain*. Seuil, 1999.
- Cabaço, José Luis. *Moçambique. Identidade, Colonialismo e Libertação*. Editora Unesp/ANPOCS, 2009.
- Can, Nazir Ahmed. "De Trump ao cão-tinhoso: notas sobre a besta, o ser humano e outras (in)versões." *Memoirs*, vol. 87, 2020, pp. 1-8. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/89284/1/MEMOIRS_newsletter_87_N_C_pt.pdf>
- Braga-Pinto, César and Mendonça, Fátima. *João Albasini e as luzes de Nwanzengele: jornalismo e política em Moçambique, 1908-1922*. Alcance Editores, 2014.
- Can, Nazir Ahmed and Chaves, Rita. "Empire and literature: from the schism of race to the seism of the 'other.'" *Racism and Racial Surveillance. Modernity Matters*, edited by Sheila Khan, Nazir Ahmed Can e Helena Machado, Routledge, 2021, pp. 16-40.
- Carvalho, Ruy Duarte de. *a câmara, a escrita e a coisa dita... fitas, textos e palestras*. Cotovia, 2008.
- Carvalho, Ruy Duarte de. *Desmedida*. Língua Geral, 2010 [2009].
- Carvalho, Ruy Duarte. "Decálogo neo-animista." *Buala*, 2010b. Disponível em: <<https://www.buala.org/pt/ruy-duarte-de-carvalho/decalogo-neo-animista-ruy-duarte-de-carvalho>>.
- Chaves, Rita. "Literatura colonial em Moçambique: território reocupado?" *Os outros da colonização - Ensaios sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, orgs, Cláudia Castelo, Omar Thomaz, Sebastião Nascimento e Teresa Cruz e Silva, ICS - Imprensa de Ciências Sociais, 2012, pp. 221-232.
- Chaves, Rita. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Ateliê, 2005.
- Conrad, Joseph. *No Coração das Trevas*. Hedra, 2008 [1902].
- El País*. "As crianças que correm da política de terror de Wilson Witzel no Rio." 11/05/2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/opinion/1557268763_938547.html>
- El País*. "Biden: 'Não vamos perdoar ou esquecer. Vamos caçar os terroristas e fazê-los pagar por isso.'" 26/08/2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2021-08-26/biden-nao-vamos-perdoar-ou-esquecer-vamos-cacar-os-terroristas-e-faze-los-pagar-por-isso.html>>
- Fanon, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Civilização Brasileira, 1979 [1961].
- Folha de São Paulo*. "'Animal das Cavernas': líderes indígenas reagem a discurso de Bolsonaro..." 24/09/2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/09/24/animal-das-cavernas-lideres-indigenas-reagem-a-discurso-de-bolsonaro.htm>>

- Gundane, Lucério Sarmento. “O ideário naturalista do século XIX. Perspectiva teórica na representação em ‘Zambeziã-Cenas da Vida Colonial’, de Emílio de San Bruno.” *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, no. 36, 2019, pp. 19-37.
- Johnson, Boris. *Friends, Voters, Countrymen: Jottings on the Stump*. Harper Collins, 2001.
- Jornal do Comércio. “Primeiro-ministro pretende cercar o país inteiro”. 11/02/2016. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/2016/02/internacional/481238-netanyahu-quer-colocar-cerca-ao-redor-da-fronteira.html>
- Lévinas, Emmanuel. *Totalidade e infinito*. Edições 70, 1988 [1961].
- Machado, Everton. *O orientalismo português e as Jornadas de Tomás Ribeiro. Caracterização de um problema*. Biblioteca Nacional de Portugal, 2018.
- M'bokolo, Elikia. “Afrique centrale: le temps des massacres.” *Le livre noir du colonialisme, XVI-XXI: de l'extermination à la repentance*, org. Marc Ferro, Hachette Poche, 2006, pp. 577-601.
- Maurer Júnior, Orides. “Mapa-múndi I: uma mentira.” 2017. Disponível em: <<http://oridesmjr.blogspot.com/2017/02/mapa-mundi-1-uma-mentira.html>>
- Mbembe, Achille. *De la Postcolonie. Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine*. Khartala, 2000.
- Mendonça, Fátima. “As donas da Zambésia na ficção narrativa: da imaginação colonial à imaginação nacional.” *Portuguese Cultural Studies*, no. 7, 2021, pp. 20-38.
- Mondlane, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Centro de Estudos Africanos / Universidade Eduardo Mondlane, 1995.
- O *Globo*. “Imigrantes são tratados ‘como animais’ em campo na Hungria.” 11/09/2015. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/imigrantes-sao-tratados-como-animais-em-campo-na-hungria-17460297>>
- O *Globo*. “Trump chama de 'animais' alguns imigrantes em situação ilegal.” 16/05/2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/trump-chama-de-animais-alguns-imigrantes-em-situacao-ilegal.ghtml>>
- Pratt, Mary Louise. *Os olhos do Império. Relatos de viagem e transculturação*. EDUSC, 1999.
- Rádio França Internacional. “‘Não somos animais para sermos tratados assim’, diz migrante no maior campo de refugiados europeu.” 04/10/2019. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/br/europa/20191004-nao-somos-animais-para-sermos-tratados-assim-se-desespera-migrante-no-maior-campo-de>>
- Ribeiro, António Sousa. “A tradução como metáfora da contemporaneidade. Pós-colonialismo, fronteiras e identidades.” *Colóquio de outono. Estudos de tradução. Estudos póscoloniais*, orgs. Ana Gabriela Macedo e Maria Eduarda Keating, Universidade do Minho, 2005, pp. 77-87.
- Ribeiro, António Sousa. “Traduzir e ser traduzido. Notas sobre discurso e migrações.” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, número especial, 2018, pp. 55-70.
- Ricoeur, Paul. *A metáfora viva*. Loyola, 2005.
- Ricoeur, Paul. *Sobre a tradução*. Editora da UFMG, 2011.
- Said, Edward, *Orientalismo*. Cotovia, 2003 [1978].
- Said, Edward. *Cultura e Imperialismo*. Companhia das Letras, 2011 [1993].
- San Bruno, Emílio de. *Zambeziã - Cenas da Vida Colonial*. Arquivo Histórico de Moçambique, 1999 [1927].
- Sanches, Manuela Ribeiro. *Malhas que os Impérios Tecem. Textos Anticoloniais, Contextos Pós-Coloniais*. Edições 70, 2012.
- Sousa, Sandra. “Um ‘Pós-Colonial’ perdido nos limites do colonialismo: Henrique Galvão e Os Bichos do Mato.” *Mulemba*, vol. 12, no. 23, 2020, pp. 16-33.
- The New York Times*. “Enquanto Bolsonaro cumpre as promessas sobre a Amazônia, indígenas brasileiros temem um ‘etnocídio.’” 19/04/2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/pt/2020/04/19/world/americas/bolsonaro-brasil-amazonia-indigenas-funai.html>>